

ARTIGO

TEMPORALIDADES DE NORTE A SUL: HISTÓRIA DE MUNICÍPIOS NARRADA NOS SEUS *SITES* OFICIAIS

TEMPORALITIES FROM NORTH TO SOUTH: HISTORY OF CITIES NARRATED ON THEIR OFFICIAL SITES

JORGE PAGLIARINI JUNIOR
THIAGO REISDORFER

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar narrativas históricas apresentadas pelos *sites* oficiais das prefeituras municipais de Altamira – PA e Foz do Iguaçu – PR observadas ao longo dos anos 2012-2017. Problematizamos estas narrativas a partir das discussões propostas por Hartog e sua categoria “Regimes de Historicidades”. Assim, pensamos a formulação e a permanência de perspectivas temporais futuristas no tempo presente que, segundo Hartog, seria predominantemente presentista. Para tanto, amparamo-nos na leitura e análise dos *sites* das respectivas prefeituras, em especial, dos setores destinados a narrar a história dos municípios lidas a partir de referências da chamada História Pública Digital, em especial Noiret. No âmbito teórico, além das discussões de Hartog, apropriamo-nos também das formulações de Reinhart Koselleck para apreender as temporalidades construídas pelo poder público local. A partir dessas discussões, foi possível perceber a permanência de interpretações históricas hegemônicas no Regime de Historicidade futurista em nosso tempo presente.

PALAVRAS-CHAVE: Site da Web; Regimes de Historicidades; História Pública Digital.

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze historical narratives presented on official sites of municipal government of Altamira city – PA and Foz do Iguaçu city – PR between years 2012 and 2017. We problematize these narratives since discussions by Hartog and his category “Regimen of Historicity”. Then, we think formulation and continuity of futurist temporal perspectives during present time that, according to Hartog, it would be especially presentist. For it, we had based our reading and analyzes of sites from both municipal governments especially from sectors responsible to narrate the history of the cities. The history was read based on referential of Digital Public History, especially by Noiret. Theoretically, besides Hartog’s discussions, we had based on Reinhart Koselleck’s formulations to understand temporalities developed by local public power. Since these discussions, it was possible to realize that hegemonic historical interpretations on futuristic Regimen of Historicity in our country still remain.

KEYWORDS: Websites; Regimen of Historicity; Digital Public History

Apresentação

É notória a perspectiva segundo a qual a história, a memória e as diferentes narrativas sobre o passado não estão sob o domínio exclusivo da produção histórica acadêmica. No mesmo movimento interpretativo, é crescente a preocupação dos historiadores em falar para públicos, sobre públicos e com públicos que não se restrinjam aos seus pares ou mesmo à sala de aula. Esforço tal que demanda, por um lado, atenção aos diferentes campos de produção da narrativa histórica e, por outro, um olhar cuidadoso a essas novas possibilidades de emissão e construção narrativa e, também, a sua transformação em fonte histórica. Inseridos nesse processo de ampliação do campo histórico, assentamos nosso foco analítico na narrativa histórica dos *sites* oficiais¹ dos municípios de Foz do Iguaçu-PR e Altamira-PA para problematizar suas narrativas sobre o passado e sua constituição como uma história oficial dessas municipalidades.

A título de introdução cabe destacar que tomamos o posicionamento segundo o qual a história produzida pelos *sites* – aqui associada à análise da História Pública Digital – tal como percebida por Noiret,² pauta-se, epistemologicamente, em maneiras de se compreender e apropriar do tempo histórico, algo problematizado por Hartog,³ a partir de sua ferramenta analítica “Regimes de Historicidade”. Esta categoria de análise insere aquele que se coloca a interpretar as diferentes formas de articulação do tempo, na problematização das relações entre espaço de experiências e horizontes de expectativas.

Em suma, a apresentação e problematização da construção de temporalidades pela narrativa oficial dos municípios apresentadas em seus *sites*, em especial, em espaços reservados para a apresentação da cidade e de sua história municipal, organiza nossa escrita. Como recorte, nosso texto analisa narrativas de dois municípios constituídos em regiões de fronteiras, em meio a um processo de formação de fronteiras, rumo ao Oeste Histórico, (Foz do Iguaçu/PR), em um dos casos e, ao Norte, (Altamira/PA), no outro.

Para a construção de nossas análises, em um primeiro momento, concentramo-nos na apresentação dos conteúdos dos *sites* de Altamira e de Foz do Iguaçu. Há em comum entre a interpretação dos dois *sites* a valorização histórica de processos migratórios de alcance seculares, narrados pelas municipalidades a partir de uma perspectiva de progresso. Esta especificidade temporal é por nós percebida num contexto em que o Regime de Historicidade ‘presentista’ tem se colocado cada vez com mais força, como mapeado pelo próprio Hartog, ao discutir nossa contemporaneidade. Em tal análise ele percebe o tempo presente como marcado pela seguinte apreensão temporal⁴: “parte-se do presente e não ‘se sai’ dele. A luz vem dele. Em certo sentido, só há mesmo presente: não infinito, mas indefinido”.⁵

Na sequência do texto realizamos um comparativo entre o conteúdo histórico de cada um dos dois *sites* estudados referente aos regimes de temporalidades que demarcam suas narrativas históricas oficiais. As proximidades temporais da narrativa destes *sites* encaminham o texto para o debate relacionado ao suporte digital estudado. Os dois textos históricos oficiais estão constituídos em um mesmo tipo suporte, o digital –

sites – e, dele, podemos avaliar o seu potencial colaborativo, característica esta permeada por certa dose de presentismo constante nas mídias, apresentada por Noiret (2015) ao tratar da estrutura da História Digital Pública. Este presentismo se coloca, paradoxalmente, divergente da característica futurista das leituras históricas apresentadas pelos *sites* nos campos destinados à apresentação histórica.

Esse tipo de narrativa digital, construída em fins dos anos de 1990, foi cotejada com a apresentação dos hinos desses municípios, os quais são compostos por narrativas produzidas quatro décadas antes dos *sites*. Nessa comparação, foi possível perceber que o sentido da história enquanto progresso era uma continuidade entre os hinos municipais e os *sites*. Dessa forma, destacou-se uma continuidade do Regime de Historicidade futurista. Cabe ressaltar que ambos os municípios possuem e reivindicam, na sua narrativa, uma história de longa duração, demarcada pelo processo de integração nacional, constituída ao longo do século XX e, com isso, buscam destacar sua contribuição ao desenvolvimento nacional via setor de base, com elementos como rodovias e/ou energia elétrica e elegem, para tal narrativa, tipos de colonizadores selecionados.

Dos capuchinhos à rodovia: a história de Altamira/PA e sua apropriação temporal

O estudo do *site* de Altamira foi repensado a partir de uma pesquisa já concluída, na qual analisamos a migração de retorno de paranaenses que migraram para a Amazônia Legal, no decorrer das décadas de 1980 a 1990, e que, durante a primeira década do século XXI, retornaram ao Paraná.⁶ Entre os itinerários desta migração⁷ se encontrava Altamira. Na

descrição do *site* oficial deste município, o migrante sulista seria, para aquela região, mais um elemento positivador do processo secular de progresso municipal e regional. O estudo do site de Altamira, emancipada em 1911, nos serviu de caminho para a análise de um tipo de escrita histórica oficial, voltada ao grande público, com vistas a compreender Regimes de Historicidade que constituem a narrativa deste *site*.

O histórico presente no *site* usa de discursos e permite análises acadêmicas de uma produção autorizada pela oficialidade do município. Ora a narrativa ressalta as virtudes das particularidades amazônicas, ora ressalta políticas nacionais de colonização.

História:

Altamira teve origem nas missões dos Jesuítas, na primeira metade do séc. XVIII, quando ainda integrava o gigantesco município de Souzel. Através da excursão do Jesuíta Roque de Hunderfund, deu-se o primeiro registro histórico de colonização praticada nesse território, onde foi fundada às margens do Igarapé dos Panelas, uma missão catequética destinada aos índios que habitavam toda a região. [...] Com auxílio da mão-de-obra indígena, os freis italianos Capuchinhos conseguiram abrir um pequeno atalho do baixo ao médio Xingu. O projeto foi acelerado com a adequação do trabalho escravo africano na selva amazônica. Em 1880, época em que houve imigração proveniente de várias partes do mundo, começou o povoamento da região entre os igarapés Ambé e Panelas, que posteriormente fomentaria a criação do Município de Altamira, em 6 de Novembro de 1911, já de acordo com a Lei Estadual nº 1.234.”⁸

Queremos apontar, aqui, o fato de que, para falar ao público, os mecanismos de comunicação, especificamente os *sites* municipais, via de regra, municiam-se a partir de uma narrativa linear, teleológica e conexas ao

discurso do nacionalismo. Tal postura se estrutura numa determinada forma de lidar com o tempo, de narrar o tempo enquanto um caminhar para o futuro e, por conseguinte, em estratégias narrativas e concepções epistemológicas. A linha teleológica é facilmente percebida na sequência deste fragmento:

A rodovia ainda não foi pavimentada. Com a chegada da energia elétrica de Tucuruí, em junho de 1998, a população agora reivindica junto ao Governo Federal o asfaltamento da rodovia para o desenvolvimento da região. Altamira é cidade polo e dá suporte aos municípios de Uruará, Brasil Novo, Medicilândia, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio em setores diversos como saúde, educação, agricultura e comércio.⁹

Nessa perspectiva, o passado atravanca o progresso enquanto o presente luta para garantir o futuro. É nesta marcha que se encontra o papel atribuído ao colonizador migrante, entre eles o sulista. Isso não se deve ao acaso, pois mais que mera repetição, essa estrutura narrativa indica uma memória presente no cotidiano destes municípios, no recorte que nos leva, pelo menos, até as três últimas décadas – período correspondente ao tempo de duração da migração inter-regional.¹⁰ Ainda conforme o *site*:

[...] Ao longo dos anos, a intensificação do comércio e o progresso econômico traçou o perfil de uma cidade ativa, que passou a ter agências bancárias, hospitais, aeroporto, correios, além de crescimento demográfico e comercial. Altamira vivenciou a vinda de dois Presidentes da República. O primeiro foi Emílio Garrastazu Médice, que em 1970 deu início a construção da Rodovia Transamazônica. Em junho de 1998, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e demais parlamentares inauguraram o projeto Tramoeste, que trouxe para o município a energia

firme de Tucuruí. [...] O grande ponto de referência geográfica da cidade, é a rodovia Transamazônica (BR-230), que corta o seu território pelos dois extremos e liga-o ao resto do Brasil. Aberta em 1970, no governo do Presidente Médice, a rodovia proporcionou um grande fluxo migratório para a região.¹¹

O discurso do ‘progresso’ é representado numa narrativa que constrói uma linha linear que liga os esforços jesuíticos ao último ponto dessa onda de progresso, a chegada da energia elétrica. Ao mesmo tempo ela não deixa de indicar, teleologicamente, o futuro, com o asfaltamento da rodovia, demonstrando-se assim potencialmente impulsionadora do progresso e das novas frentes de colonização e trabalho. Vale aqui uma análise a respeito do silenciamento na narrativa das possíveis mazelas do modelo escravocrata que imperou em determinado período da história representada no texto.

De certa forma, o *site* pretende destacar um corte entre um momento ‘primitivo’ e o momento caracterizado pelo progresso regional e a respectiva integração da região à nação. Nessa passagem, a figura do Estado surge em destaque. A interpretação de exemplos da força do nacionalismo nos históricos dos *sites* evidencia a construção linear e progressiva – teleológica e inexorável – descrita por Anderson¹² ao tratar das ‘comunidades imaginadas’. Desde o final século XVIII, afirma o autor, passou-se por um processo muito parecido de modulação e adaptação, nas diversas épocas, de regimes políticos, economias e estruturas sociais. Para o autor, as nações são ‘imaginadas’: “Ela é *imaginada* porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão

ou jamais ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente uma imagem viva da comunhão ente eles”.¹³

No projeto de nação imaginada que foi incorporada e defendida pela oficialidade do município de Altamira, apresentado no texto em tela, estão presentes os desafios vivenciados e aqueles a serem enfrentados, de uma narrativa história com um recorte de, aproximadamente, três séculos a qual busca harmonizar potenciais conflitos políticos históricos, entre, por exemplo, uma concepção ecológica – indígena- com a transformação do meio ambiente advinda da agropecuária. Lê-se no texto citado do *site*: “[...] Altamira é a cidade do Rio Xingu, da pesca esportiva, do turismo, da agricultura, do artesanato, da pecuária, do comércio e das tribos indígenas.”¹⁴

Pressler, ao estudar a produção dos discursos sobre a Amazônia, destaca como o esforço da propaganda do Estado em ressaltar a sua política de colonização amazônica, a do ‘integrar para não entregar’, iniciada na década de 1950, passou, nos anos 1980, para o discurso do desenvolvimento e da segurança nacional. Esses discursos ganham novas dinâmicas e, finalmente, nos anos 1990, devido aos desdobramentos da Eco 92, com a perda da força do discurso da segurança nacional e intensificação das cobranças contra o desmatamento, estruturam-se nas demandas do Desenvolvimento Sustentável ou do ‘econegócio’. Em comum, percebemos nas quatro décadas o papel de domínio do Estado na tomada das ações políticas e a preponderância da Amazônia pela natureza e pela floresta.¹⁵

Já o trabalho de Edna Castro¹⁶ apresenta uma síntese das políticas do Estado e dos atores sociais na Amazônia. Nessa análise, destaca um

processo de reinvenção do ‘Mito do El Dourado’ e problematiza o papel do Estado neste contexto. Estado que é representante de interesses econômicos, políticos e sociais dominantes, sintetizados nos projetos de investimentos de mineração, hidrelétricas, rodovias e agronegócios,¹⁷ frente a uma ética civilizatória, na qual as políticas colonialistas se ligam aos mitos modernos ‘neocolonialistas’ como o do natural extravagante e inesgotável, das ‘intocabilidades’, etc. Exemplos de mitos reforçados pela força internacional da ‘marca’ Amazônia, trabalhada pela mídia, pelo *marketing* e pela moda. Não seria forçado, acreditamos, atribuir às críticas de Pressler e Castro a denúncia de certa interpretação teleológica e desenvolvimentista da região Amazônica pelo Estado nacional, calcada num regime temporal futurista.

O discurso nacional, voltado ao progresso, produz silenciamentos e reifica memórias fortes.¹⁸ A própria análise do significado da construção e defesa da memória nacional e do progresso envolve esquecimentos. A narrativa do *site* evidencia essa ressignificação do discurso do progresso.

Conforme destacado, foram três os períodos apresentados como delimitadores da história do município: no século XVII, com os jesuítas; no século XIX, com freis capuchinhos e mão de obra escrava – esta última, silenciada; e, principalmente, o período que demarcou o impulso do ‘progresso’, referente às políticas dos governos militares na década de 1970, com destaque para a construção da BR 230, a Transamazônica. Nessa delimitação, pautada em marcos históricos consagrados pela história oficial, a chegada da energia elétrica, em 1998, simbolizou uma conquista e serviu de introdução para a expectativa atual da população: o asfaltamento da rodovia transamazônica. Mesmo nessa história secular,

não deixou de ser preponderante, na análise da sua linha do progresso, o significado atribuído às transformações da década de 1970, a qual se ampara, conforme percebemos, numa leitura futurista do tempo. Em outra análise, a temporalidade futurista, constatada na narrativa oficial histórica do município, pode ser mapeada em um período mais recuado que este, o da produção dos *sites* em fins dos anos 1990, algo percebido com a interpretação do hino do município de Altamira.¹⁹ Nele, lemos:

“Oh! Terra amada e fecunda
Fecundo e ditoso chão
Luz do céu teu seio inunda
Oh! Terra da promessa” (bis)

A narrativa da terra da promessa, a mesma terra que aguarda a conclusão do asfaltamento da Transamazônica, nos possibilitou a interpretação de um elo temporal mapeado entre dois períodos: década de 1960, no caso do hino, e, a de 1990 até os dias atuais, no caso dos *sites*, que se mostraram temporalmente estruturados numa narrativa teleológica. Podemos concluir com a apresentação de uma permanência de determinado regime de temporalidade, o futurista, em mais de quatro décadas. Um processo semelhante pode ser percebido ao analisarmos as narrativas oficiais de Foz do Iguaçu, as quais nos dedicamos, na sequência.

Foz do Iguaçu: uma fronteira para a integração nacional

Abordar Foz do Iguaçu a partir de suas belezas naturais, sua condição de fronteira ou através da Itaipu já é quase que um lugar comum. Tríplice Fronteira, Cataratas do Iguaçu e uma das maiores hidrelétricas do mundo, são imagens que permeiam a ideia que, em grande

medida, se construiu ao longo do tempo a respeito da cidade. Sua busca de inserção em um mercado de cidades turísticas, cada dia mais competitivo, visa ampliar tal representação ao inserir novas dimensões na imagem de Foz do Iguaçu. Uma das estratégias, nesse sentido, tem sido a criação e a incorporação de cosmopolitismo e de multinacionalidade como uma característica a ser celebrada na narrativa oficial.²⁰

Junto a esse discurso, encontramos, ao longo da narrativa oficial da história do município apresentada pelo *site* da Prefeitura Municipal, uma construção contraditória a esse modelo. Enquanto, ao longo dos anos 2000, se propagou, na cidade, uma ideia de diversidade cultural e de convivência harmônica entre múltiplas nacionalidades e culturas, a narrativa histórica construída, naquele espaço, é uma narrativa voltada para a construção de Foz do Iguaçu enquanto um espaço nacional e cultural brasileiro. A incorporação da cidade/municipalidade e seu desenvolvimento em direção à integração ao espaço nacional constituem a linha mestra dessa narrativa. Essa contradição se acumula ao longo dos textos aqui analisados no *site* oficial do município: História da Cidade²¹ e Cronologia Histórica do Município.²²

A história narrada neste *site* está fortemente vinculada a uma perspectiva temporal evolutiva, característica do regime de historicidade futurista. De um espaço – supostamente – desabitado, evolui-se para uma vibrante e turística cidade, plenamente integrada em seu espaço de pertencimento construído, o Brasil, tendo como elemento subordinado a esse pertencimento, a fronteira. Nesse sentido, já é elucidativo a fala sobre os primeiros habitantes:

Em 1881, Foz do Iguaçu recebeu seus dois primeiros habitantes, o brasileiro Pedro Martins da Silva e o

espanhol Manuel Gonzáles. Pouco depois chegaram os irmãos Goycochéa, que começaram a explorar a erva-mate. Oito anos após, foi fundada a colônia militar na fronteira, marco do início da ocupação efetiva do lugar por brasileiros e do que viria a ser o município de Foz do Iguaçu.²³

De início, faz-se necessário apontar aquele que é, ao mesmo tempo, um problema, mas também uma potencial possibilidade de análise. A afirmação de que, em 1881, a região teria recebido seus dois primeiros habitantes que demarcaram, com isso, o “início da ocupação efetiva do lugar por brasileiros”, fere aquele que é o elemento básico do trabalho do historiador: o da verificação pelas fontes. Ao lidarmos com *sites* que objetivam explanar uma determinada narrativa da história municipal, os critérios do campo historiográfico nem sempre estão presentes ou mesmo fazem sentido. Entretanto, nem por isso podemos desconsiderar essa questão. Não há nenhuma evidência dessa presença. A primeira menção a esse fato que pôde ser localizada, ao longo da pesquisa da qual esse artigo é um desdobramento, foi na obra de Wachowicz.²⁴ Se o *site* não apresenta evidências que possam corroborar a presença desses dois indivíduos na região, tampouco o faz o historiador, o qual incorre no mesmo problema. Além disso, invisibiliza a presença de longa data da população Guarani que habitava aquele espaço.

A menção aos dois supostos “primeiros habitantes” tem sido recorrente, mesmo sem evidências da presença desses sujeitos na região. Isso nos leva a um segundo elemento trazido por essa questão. A presença desses indivíduos é utilizada para dar os primeiros passos na criação de uma narrativa que busca apresentar a história de Foz como um desenlace temporal linear que leva de uma região supostamente desabitada – terra de

ninguém – para a criação de um próspero município profundamente integrado ao seu país. Elabora uma narrativa que parte de um momento de distanciamento e invisibilidade e que, ao longo do tempo, progrediu em direção a uma integração cada vez mais profunda com o restante do território brasileiro. A chave de tal leitura, como veremos, é a integração territorial. O tempo, uma flecha que parte de um passado de distanciamentos até um presente/futuro de simbiose tão profunda, que permite, inclusive, relações subsidiárias com os países com os quais se faz fronteira. Se esse é o argumento central da narrativa da história da cidade, temos de perceber como isso é constituído a partir do espaço de experiências no qual essa construção se estabeleceu.

Na narrativa presente no *site*, temos, ao seguir uma ordem cronológica, a chegada de dois habitantes, em 1881. Oito anos após, cria-se a colônia militar, no futuro (início do século XX), a mesma se tornaria o município de Foz do Iguaçu. Mesmo tendo sido habitada já em 1881, apenas oito anos depois, com a implantação da colônia militar, é que iniciaria a “efetiva ocupação por brasileiros”. Essa perspectiva será ratificada em outro momento no discurso do poder municipal. No item, Cronologia Histórica do Município, os anos de 1881 e 1888 reaparecem como início da ocupação e da consolidação da população brasileira na região:

A partir de 1881, a ocupação da região ocorreu de forma bastante irregular e precária, tendo como única frente de expansão a cidade de Guarapuava. Este ciclo de ocupação da região caracterizava-se pela extração da erva-mate e pelo corte predatório da madeira nas grandes propriedades. Não havia interesse na fixação definitiva nas terras da região, pois esta forma de exploração predatória obrigava os trabalhadores e

sucessivas mudanças em busca de novas frentes de trabalho em outras terras.²⁵

O lugar de onde parte a história é Guarapuava, a grande unidade territorial e administrativa do Centro e Oeste paranaense do século XIX e início do XX. Dali, teria partido a frente de ocupação e exploração de erva-mate que moveria a colonização, que é entendida na narrativa como precária, de Foz do Iguaçu.

Já em 1982, Ruy Wachowicz, em seu livro “Obrageiros, mensus e colonos”, apontava que a região onde hoje se localiza Foz do Iguaçu possuía fortes vínculos com a Argentina e o Paraguai, seus vizinhos imediatos. Em suas próprias palavras, afirmava que enquanto colônia militar do século XIX, aquela localidade estava de costas para o Brasil e de frente para Argentina e Paraguai. A referência original sobre a chegada de habitantes, em 1881, foi, possivelmente, extraída da obra deste autor. Essa contradição entre a narrativa do *site*, de que a colonização teria partido de Guarapuava/PR e a perspectiva de Wachowicz que apontava uma ocupação voltada para a Argentina e Paraguai, dá força a nosso argumento de que a criação de uma narrativa linear e voltada para a integração da região ao território nacional é um ato deliberado da parte do poder municipal.

A própria ideia de uma ocupação brasileira, proveniente do centro e litoral paranaense, daquele espaço, tem de ser relativizada. Nesse sentido, Wachowicz²⁶ aponta relatório de 1889 que afirma “A população levantada estava assim constituída: paraguaios, 212; argentinos, 95; brasileiros, 9; franceses, 5; espanhóis, 2; inglês, 1; perfazendo um total de 324 habitantes”. A ínfima presença de brasileiros naquela localidade sugere

que a interpretação mais sólida é, neste caso, justamente, a de Wachowicz. A ocupação do espaço se deu ‘de costas para o Brasil’ e apenas posteriormente ocorreu a partir da colonização proveniente de Guarapuava. Dessa forma, podemos perceber a invenção de um passado por parte da municipalidade na busca por dar sentido a sua interpretação teleológica da história de Foz do Iguaçu.

A mesma perspectiva foi apontada na sequência do *site* no item Cronologia Histórica do Município que destaca factualmente a presença de estrangeiros como constituintes da maioria da população. Com 9 brasileiros e 307 argentinos e paraguaios, fica evidente que esta região estava ocupada por outros grupos sociais, por mais que o poder municipal busque construir uma visão progressiva de ocupação brasileira.

Esta perspectiva continua presente nas narrativas sobre outros ‘ciclos de colonização’ ou de ‘nacionalização’. No caso do que seria um segundo ciclo de ocupação, ocorrido a partir da vinda de migrantes do Rio Grande do Sul na década de 1930, criou-se uma temporalidade específica a partir da ideia de ocupação e integração ao território nacional:

A conclusão da rodovia BR-277 (1969) e a integração do Município ao Sistema Estadual de Telecomunicação, bem como a construção do Aeroporto Internacional marcam este novo período. Esta fase de desenvolvimento do Município é marcada ainda pela criação do Parque Nacional do Iguaçu (1939), que potencializou um aumento na importância do turismo para a economia local, pelo desmembramento de São Miguel do Iguaçu (1962) e pela inauguração da Ponte Internacional da Amizade (1965), que intensificou o comércio de Foz do Iguaçu com a cidade paraguaia de Puerto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este).²⁷

Percebamos que, em um parágrafo do texto do *site*, foi resumido, aproximadamente, 40 anos de história da região. Eventos distintos e com sentidos diversos foram alinhavados num mesmo ponto e num mesmo sentido. Assim, obras de transporte estão apresentadas conjuntamente com a criação do Parque Nacional do Iguçu. Esses dois fenômenos, separados por 30 anos e inúmeras mudanças contextuais, inclusive por dois regimes políticos nacionais distintos, são elencados como o início e o encerramento de um ciclo de desenvolvimento. Cabe destacar que os fenômenos integradores do município ao país e à modernidade são elencados como principais. Os demais elementos, destacados na sequência da narrativa, apareceram subsidiários a essa questão.

Outros elementos são apresentados para ressaltar a região de fronteira nacional, seja de maneira indefinida, por meio do aeroporto internacional, seja diretamente pela Ponte da Amizade. Nesse momento, transpassa, em suas linhas, aquilo que era omitido até então em relação ao contato com o Paraguai: a Ponte da Amizade ‘intensificou’ o comércio de Foz do Iguçu com a cidade vizinha no Paraguai. Duas questões emergem aqui.

As relações não são intensificadas, necessariamente, com o Paraguai, mas com a cidade de *Puerto Presidente Stroessner*, atualmente *Ciudad del Este*. Dessa forma, o escopo de interação internacional está na relação comercial que Foz do Iguçu estabelecería com aquela cidade. Outro elemento está na perspectiva da intensificação, pois toda a narrativa anterior omite essa relação que é apresentada apenas de maneira muito pontual quando o item Cronologia Histórica do Município aponta a presença de população paraguaia na região. Desta forma, a narrativa

presente no *site* invisibiliza processos de relações sociais, culturais e políticas que se desenvolveram na região de fronteira, em especial nos séculos XIX e XX, e que foram abordados e evidenciados por diversos historiadores²⁸.

O encerramento deste ciclo de desenvolvimento lido a partir da ótica da integração nacional é acompanhado pelo surgimento de um novo processo de desenvolvimento econômico: a construção de Itaipu.

A partir de 1974, começa definido o novo ciclo de desenvolvimento do Município, intimamente ligado à implantação da usina Hidrelétrica de Itaipu. A construção da Hidrelétrica causou forte impactos em toda a região do extremo oeste do Paraná, principalmente em Foz do Iguacu, em virtude do canteiro de obras da usina situado no Município (Prefeitura de Foz do Iguacu, 2017).

Aqui vemos, de imediato, a omissão que será prolongada por todo o texto de uma das características marcantes de Itaipu, sua binacionalidade. Para além dos elementos de geração de energia, também esteve presente dimensões geopolíticas na construção de tal obra. A narrativa do *site* omite essa perspectiva, afasta-se novamente da academia e reforça uma narrativa nacionalista do processo. Em que pese a ausência de qualquer necessidade de diálogo entre narrativas históricas e a produção acadêmica, em especial quando estamos a falar no âmbito de narrativas políticas, públicas e ‘diletantes’, temos um silenciamento que fortalece nossos argumentos. O vértice da flecha do tempo a caminho do progresso é a perspectiva de nacionalização do território do município. O que a narrativa do *site* sobre a construção de Itaipu faz é gerar uma simbiose entre integração nacional e desenvolvimento econômico e futuro. É com o fim da construção da

Itaipu que vemos um ‘pequeno tropeço’ do progresso do município. Entretanto, a problematização desse processo é dificultada pela ausência de datação dos fenômenos apresentados.

Nesta fase, a abertura de postos de trabalhos não acompanha o mesmo ritmo do crescimento populacional que, entrando em idade economicamente ativa, não consegue nenhuma colocação no mercado, acrescentando-se que o fator migratório torna esse fato ainda mais crítico. O desaparecimento do turismo de compras possibilita a dispensa de trabalhadores informais tanto na cidade, como em Ciudad del Este, contribuindo para o agravamento aqui instalado, principalmente no tocante ao principal problema urbano da cidade, o desemprego.²⁹

A ausência de contextualização dificulta a compreensão dessa narrativa. Entre 1991 e 2007, a população do município passa de 190.123 para 311.336 habitantes. Após esse momento, há uma inflexão populacional com a diminuição do número de habitantes para 256.088, em 2010. A partir do texto, composto por dados citados do IBGE, é possível ponderar a análise apresentada na narrativa do *site* para esse período. Nesse sentido, apresenta um momento de crise e estagnação no desenvolvimento econômico. Entretanto, a flecha do tempo e do progresso não para. Pelo menos não como potencial:

Entretanto, Foz do Iguaçu goza das vantagens de sua localização estratégica no Mercosul, possuindo perspectivas otimistas de crescimento econômico, com a atração de novos investimentos e consolidação de empresas que poderão usufruir desse nicho de mercado, até então pouco ou informalmente explorado.³⁰

Concluída a narrativa de nacionalização do território – elaborada e adensada na apresentação da implantação de rotas de comércio, serviços públicos nacionais e presença do Estado brasileiro na cidade, ao longo do texto da Cronologia Histórica do Município – podemos ressignificar o vértice da flecha do tempo progressista. Agora, as possibilidades da posição estratégica de Foz do Iguaçu em relação ao Mercosul se abrem como possibilidade econômica, entendido enquanto o novo progresso que parte da base nacional constituída e expande-se regionalmente. Por fim, a mesma noção temporal encontrado na letra do hino municipal, oficializado pela Lei Municipal n. 528, de 29 de agosto de 1968:

“Sim, mil graças por tanta beleza
Ó Senhor! Sempre mais progredir
Que um passado de heroica nobreza
Seja o aval de um fecundo porvir”.

Assim como no caso de Altamira, temos a perspectiva de futuro que aparece como prioritária na leitura temporal. O presente desaparece e, enquanto isso, o passado de ‘heroica nobreza’ é ativado como aval para o futuro. Dessa forma, nos termos apresentados por Hartog, a luz se localiza no futuro, um elemento dominante nessa narrativa temporal. Dessa forma, assim como no *site*, a narrativa do hino municipal, elaborada na década de 1960, se coloca no âmbito do regime de historicidade futurista. Assim como Altamira, a narrativa do *site* se constitui numa continuidade deste regime de historicidade que emerge no hino na década de 1960 e é reativado no tempo presente. Essa continuidade da narrativa futurista é uma questão complexa que precisa ser analisada para que possamos compreender como é operacionalizada a reminiscência de

apropriações temporais do regime de historicidade futurista, naquele que seria o regime de historicidade presentista.

Por outras abordagens do Futurismo do texto histórico dos *sites*

As narrativas sobre o passado construídas nos *sites* das prefeituras municipais de Altamira e Foz do Iguaçu se aproximam em diversos aspectos. Separados por cerca de 3.300 quilômetros, historicidade e culturas, os poderes oficiais das cidades constituíram uma apropriação do tempo histórico e do processo de formação de suas urbanidades a partir de uma perspectiva temporal semelhante. O discurso de progresso material e nacionalmente integrador como a força articuladora da experiência histórica e, também, do destino quase que manifesto dessas sociedades em direção ao futuro, ancoram os dois casos.

Num momento em que a discussão histórica tem tomado o presentismo como hipótese para a compreensão de nosso regime de historicidade, as narrativas dos *sites* apresentam uma interessante questão a ser observada. A confirmação da hipótese presentista, como temporalidade homogênea, demandaria a presença de textos sobre a história dos municípios a partir de uma leitura que submetesse passado e futuro ao presente³¹. As preocupações dos *sites* deveriam ser as categorias articuladoras da narrativa presentista e, mais ainda, da própria percepção da experiência histórica que elas buscam abordar. Nesse sentido, o progresso, categoria articuladora das narrativas, deveria se constituir e ser lido em direção ao presente. O hoje seria o ponto de chegada do caminho do progresso e também de sua significação. Entretanto, o que vemos é uma linha temporal em que os fenômenos identificados como progresso,

tais como a integração nacional e as obras de transporte e infraestrutura atravessam o presente em direção ao futuro. Tendo o presente, inclusive, a função temporal de articular politicamente a garantia da continuidade desse progresso em direção ao futuro, seja através do asfaltamento da Transamazônica seja através da expansão regional de Foz do Iguaçu em direção ao Mercosul.

Essa perspectiva nos permitiu lançar alguns questionamentos à hipótese de que experimentamos uma homogeneidade presentista, construída a partir das discussões de Hartog, em especial, quando esta perspectiva é generalizada para toda a sociedade. Seus estudos e conclusões têm se disseminado amplamente no Brasil, não apenas na área de História, mas em boa parte do espectro das ciências humanas e sociais. Suas ferramentas de análise, constituídas a partir de uma interessante apropriação das categorias espaço de experiências e horizonte de expectativas de Koselleck, têm sido apresentadas e apropriadas em análises temporais constituídas, no Brasil, a partir das transformações pelas quais passou a sociedade ocidental desde as décadas de 1980 e 1990.

O regime ‘presentista’ é definido da seguinte forma por Hartog:

Hoje, a luz é produzida única e exclusivamente pelo presente. Neste caso (somente), não há mais nem passado, nem futuro, nem tempo histórico, se for verdade que o tempo histórico moderno encontrou-se posto em movimento pela tensão criada entre campo de experiência e horizonte de expectativa. (...) Nosso presente não se deixa apreender ou mal se deixa como “este estranho entremeio” no tempo, onde se toma consciência de um intervalo que é inteiramente determinado por coisas que não são mais e por coisas que não são ainda. Ele se desejaria determinado apenas por si próprio. Esta seria, portanto, a

fisionomia do presentismo desse presente: o nosso. [aspas do autor].³²

O presente capturaria toda ‘a luz’ produzida pelo tempo. Seria, simultaneamente, produtor, captador e receptor da iluminação histórica. Essa hipótese tem sido abordada e, inclusive, reforçada por inúmeras pesquisas que evidenciam a construção de sentidos sobre o tempo calcados no presente e para o presente. Dessa forma, a sociedade ocidental tem sido apresentada imersa nesse regime de historicidade. Nosso questionamento vai em direção à problematização sobre a validade dessa hipótese para a totalidade da experiência histórica ocidental das últimas 3 ou 4 décadas.

Partimos do pressuposto de que a hipótese presentista é válida, como tem sido demonstrado pelas pesquisas de Hartog³³ e outros intelectuais, para uma miríade de dimensões do nosso tempo. Entretanto, gostaríamos de argumentar que essa perspectiva deve ser observada com cuidado, bem como se deve evitar transposições mecânicas entre o contexto francês e o brasileiro. Buscamos construir uma argumentação na linha que Harvey³⁴ elaborou a respeito da hipótese pós-modernista: concordamos que o presentismo tem se constituído como a experiência temporal predominante em diferentes dimensões de nosso tempo, mas esse processo encontra diferentes tipos de resistência – inércia inclusive – em alguns elementos que precisam ser observados. Dessa forma, não nos localizamos fora da argumentação de Hartog (2013), mas tentamos perceber seus limites e as resistências sociais que se constituem a respeito do processo analisado pelo autor.

Uma possível problematização deste tensionamento entre a temporalidade presentista e futurista, para além das mediações trazidas acima, pode ser entendida no aprofundamento da abordagem midiática³⁵. Primeiramente, lembramos que os textos de história dos *sites* oficiais se encontram em plataformas discursivas, os *sites*, e indicam usos e abusos da esfera pública.³⁶

Se nos dois *sites* a narrativa da história dos municípios tem, na perspectiva temporal futurista, um norte para a apresentação de eventos e suas respectivas interpretações históricas, seus suportes narrativos, enquanto constructo tecnológico e midiático, encontram-se marcados por uma forte presença temporal presentista.³⁷ Cabe destacar o fato de que analisamos um recorte do *site*, sem discutirmos com maior profundidade alguns de seus elementos como o *layout*, a periodicidade, a autoria, a sua função jornalística, todos elementos que podem ser importantes para a compreensão da fonte dotada. Análise tal nos demandaria um diálogo mais denso com o campo da Comunicação e com a História Digital, campos tangenciados na nossa escrita.

A utilização de *sites* enquanto suporte para a narrativa histórica integra um contexto denominado por Noiret³⁸ como o da ‘virada digital’, debate no qual o autor destaca o significado da interpretação de narrativas históricas do passado pelos historiadores diante de novos públicos, os quais contam com e, ao mesmo tempo, organizam pesquisas colaborativas e organizam e/ou disponibilizam arquivos. O advento e disseminação da Web 2.0 (desde 2004) potencializou o acesso à documentação histórica e ego-narrações em que a história e a memória se tornaram prerrogativas para um amplo público. Neste movimento, destaca o autor, o

mapeamento desta área passou a demandar uma apreciação crítica a respeito de novas interconexões entre passado, presente e futuro,³⁹ sem que tal mapeamento contasse, até então, com uma sistemática base metodológica e epistemológica. Uma possibilidade para tal abordagem temporal dos usos históricos de base digital envolveria a constatação de uma prática narrativa fundada naquilo que o próprio autor denomina por produção colaborativa e estruturada num ‘chão histórico’.⁴⁰

Para realizar essa argumentação, as narrativas temporais constituídas a respeito da história dos municípios presentes nos *sites* oficiais das prefeituras dessas localidades nos pareceram interessantes. Delas, acompanhamos narrativas históricas que se apropriaram do tempo ainda na perspectiva que Hartog denomina de Futurista ou modernista. Nos dois casos, o discurso de progresso em direção a um futuro idealizado pode ser percebido. Em algumas dimensões, esse progresso já se concretizou no passado ou no presente. É o caso da Transamazônica – ainda não asfaltada – e da Hidroelétrica de Itaipu. Nos dois casos, elementos desse progresso se colocam como concluídos. O teologismo destes textos foi por nós cotejado com a carga presentista do ciberespaço e toda uma gama de possíveis análises instauradas com a Web 2.0, inclusive, dos usos da História e dos Regimes de Historicidade que compunham sua problematização.

Considerações Finais

A abordagem de narrativas emitidas pelo poder público, uma vez tratadas enquanto fontes para a ampliação e complexificação do

conhecimento histórico, não é novidade para os historiadores. Boa parte de nosso ofício foi constituído, ao longo do século XIX, a partir dessa possibilidade. As mudanças ocorridas no século XX se concentraram no aprofundamento da percepção e análise dessas narrativas enquanto construções que podem e devem ser analisadas, criticadas e problematizadas. A novidade, no nosso caso, é a possibilidade de trabalho com uma nova forma de constituição narrativa que utiliza a *internet* a partir do conceito de ciberespaço ou, mais especificamente, da História Pública Digital, de suas possibilidades e limites para a comunicação de versões oficiais da história do município a partir de textos históricos que constituem os *sites* municipais. A leitura da história do município, suas articulações e apreensões temporais, dentro de uma estrutura de *sites* constitutivos da relação poder oficial – público em geral – foram objetos de preocupação ao longo do nosso texto.

Dentro dessa questão, buscamos apresentar uma possibilidade de problematização da intrigante e instigante categoria de ‘presentismo’ formulada – da forma como vimos aqui – por Hartog. Em nosso caso, foi possível perceber os limites desse presentismo, ao mesmo tempo em que foi ressaltado as possibilidades heurísticas dos Regimes de Historicidade do mesmo autor. Nossa argumentação se constituiu não no sentido de uma contraposição frontal ao presentismo, ao negar sua validade ou precisão ao analisar a sociedade ocidental de fins do século XX e início do século XXI, mas na busca do desviante, do residual das permanências de um regime de historicidade futurista que se faz presente em nosso tempo. O regime futurista, marca, deste modo, o *modus operandi* de parte significativa da mídia, no seu tratamento de fontes e leituras do passado.

Lembremos o alerta de Hartog: um regime de historicidade é um processo de longa duração que convive ao longo de sua hegemonia com outras experiências temporais mais ou menos fortes. Em nosso caso, isso foi bastante visível, mas cabe, aqui, uma última consideração e provocação. É possível aplicar, pensar, apropriar o conceito de presentismo, no Brasil, o ‘eterno país do futuro’. Em 2016 o governo federal, no mandato do Presidente Michel Temer (2016-2018), retomou a narrativa da ordem e do progresso como lema de governo. Em tempos de reforma da previdência em que a imprensa coloca um sacrifício dos trabalhadores do presente em função de melhores condições para o futuro, em que medida esse tempo é uma experiência exclusivamente presentista? De onde advém a luz histórica nessas diferentes dimensões? No caso das narrativas temporais digitais de Foz do Iguaçu e de Altamira, vimos que o futuro não perdeu sua graça, pelo contrário, continua uma promessa brilhante que ilumina através da ideia de progresso o presente e o passado.

Em suma, cabe ao historiador - e aos demais profissionais que lidam heurísticamente com a categoria do tempo histórico - estar atento às novas fontes, às potenciais leituras epistemológicas e aos seus suportes. Assim, ele poderá contribuir ainda mais com o debate público, atuar de maneira mais efetiva na produção de conhecimento histórico num diálogo com a comunicação e ter, em contrapartida, de sua parte, a análise processual dos fenômenos históricos, atitude amparada, conforme defendemos, na maneira como a leitura do passado (passado/presente/futuro) passa a ser apresentada aos públicos interessados. No nosso caso, numa abrangência que escapa à tendência do

presentismo defendida por Hartog, percebido no suporte midiático, ressaltamos, mas não na apresentação histórica chancelada pelos municípios, objeto de nossa análise, a qual se mostra carregada de um futurismo.

Notas

*Doutor em História (UFGD). Professor do Curso de História da Unespar, campus de Campo Mourão; professor do programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Unespar e do Programa de Mestrado em História Pública, da Unespar. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9579-635X>

**Doutor em História (UDESC). Professor do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Possidônio Queiroz, Oeiras – PI. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4038-3811>

¹ Estruturado nos resultados de duas pesquisas de doutoramento, cada uma delas sobre um dos *sites* estudados. Ambas tiveram por base a metodologia da História Oral e pensaram o uso dos *sites* para análise de memórias sobre migração. Ver: PAGLIARINI JR, J. **Memórias do processo de migração de retorno entre os Estados da Amazônia Legal e o Paraná: disputas identitárias e políticas ambientais (1990-2014)**. Tese (doutorado). Universidade Federal da Grande Dourados – UFG, Dourados, MS, 2015. REISDORFER, T. **Universidade e interculturalidade: Ressignificações identitárias de estudantes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA (2008-2017)**. Tese (doutorado). Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, SC, 2018.

² NOIRET, S. A História Pública Digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, pp. 28-51, maio 2015.

³ HARTOG, F. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

⁴ As narrativas sobre a história destacadas pela oficialidade do município fazem sentido quando consideradas mediante o conjunto de links que compunham os *sites*, e com outras atribuições deles como a manutenção de um canal de notícias produzido pela administração local. Dessa forma, o campo da comunicação tem apresentado significativas possibilidades de diálogos com a utilização do estudo de temporalidades na análise de sua própria construção. Tal aproximação, em que pese à discussão o fato de não serem os *sites* periódicos, contribui ao nosso propósito, nesse texto. A leitura de Marialva Barbosa, na sua aproximação com a História Pública a partir da problematização do campo da Comunicação, contribui para pensarmos uma noção de tempo presente alargado. Ver:

BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação: lugar de memórias ou de história? **Contraponto**. v. 35; n. 1 2016.

⁵ HARTOG, F. op. cit., p. 258.

⁶ Trata-se de municípios do Oeste do Paraná e de municípios da Amazônia Legal, das unidades federativas do Mato Grosso, de Rondônia e do Pará. A pesquisa se concentrou na problematização do fenômeno da migração de retorno e os conteúdos dos *sites* nos serviram ao exercício de cotejamento de entrevistas orais por nós produzidas, naquela pesquisa fonte principal. Seus usos indicaram, por exemplo, para os significados da positivação da migração sulista presente nos *sites* de cidades da Amazônia Legal e para o discurso de positivação do trabalho agrícola no Paraná, o “celeiro do Brasil”, das cidades do Oeste do Paraná, lugares de onde saíram e para onde retornaram os nossos entrevistados. Isso sem mencionar outras formas de problematização de discursos de época e atuais (2014), além de contribuir como suporte para informações sobre o processo e as realidades históricas e regionais.

⁷ A propósito deste processo, constatamos um fluxo de retorno e, tendo como inquietação o esgotamento de um modelo de formação de fronteiras agrícolas, a pesquisa esteve estruturada através de história orais e de vida e teve como uma das suas fontes complementares os *sites* de municípios da Amazônia Legal e do Paraná, presentes nos itinerários dos entrevistados.

⁸ PREFEITURA DE ALTAMIRA. História. Disponível em: <http://altamira.pa.gov.br/portal/?pageid=113>. Acesso em 22 de junho de 2014.

⁹ PREFEITURA DE ALTAMIRA. História. Disponível em: http://altamira.pa.gov.br/portal/?page_id=113. Acesso em 22 jun 2014.

¹⁰ OLIVEIRA, L. A. P. de; OLIVEIRA, A. T. R. de (orgs). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

¹¹ PREFEITURA DE ALTAMIRA. História. Disponível em: http://altamira.pa.gov.br/portal/?page_id=113. Acesso em 22 jun 2014.

¹² ANDERSON, Benedict R. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹³ *ibid.* p. 32. [grifo do autor].

¹⁴ PREFEITURA DE ALTAMIRA. História. Disponível em: http://altamira.pa.gov.br/portal/?page_id=113. Acesso em 22 jun 2014.

¹⁵ PRESSLER, N. Econegócios e cooperação internacional: novos discursos sobre a Amazônia. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VELMELKA, M. **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010. pp. 162-167

¹⁶ CASTRO, E. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VELMELKA, M. **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010. pp. 105-122.

¹⁷ Entre as fases desta atuação do Estado, a autora cita: a Marcha para Oeste de Vargas e Kubitschek, pautada na ideia de nacionalidade brasileira, a continuidade desta marcha pelos militares com a abertura de rodovias e chegada de frente

pioneiras nas novas terras; o nacional desenvolvimentismo e o alinhamento Estado e elite, representado por Programa Rondon, Programa de Integração Nacional, Polamazônica, etc.

¹⁸ CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

¹⁹ Hino de Altamira. Letra: Jônatas Batista. Melodia: Deoclides de Almeida. Disponível em: <<http://www.altanet2011.esy.es/Funda%C3%A7%C3%A3o%20de%20Altamira.html>>. Acesso em 9 de setembro de 2017.

²⁰ Uma discussão mais aprofundada dessa questão pode ser vista em: REISDORFER, T. Entre Passado e Presente: Narrativas de multiculturalidade na fronteira. **Revista TEL**, v. 8, n. 1, pp. 37-58, jan. /jun. 2017.

²¹ Disponível em: <http://www.pmf.pr.gov.br/conteudo/%3bjsessionid%3dc03f7cb5c54e971bdae556e47489?idMenu=100/7>. Acesso em: 07 de setembro de 2017.

²² Disponível em: <http://www.pmf.pr.gov.br/conteudo/%3bjsessionid%3dc03f7cb5c54e971bdae556e47489?idMenu=1009>. Acesso em 07 de setembro de 2017.

²³ Disponível em: <http://www.pmf.pr.gov.br/conteudo/%3bjsessionid%3dc03f7cb5c54e971bdae556e47489?idMenu=1009>. Acesso em 07/09/2017.

²⁴ WACHOWICZ, R. C. **Obrageiros, mensus e colonos**. Curitiba: Vicentina, 1982. p. 21.

²⁵ Disponível em: <http://www.pmf.pr.gov.br/conteudo/%3bjsessionid%3dc03f7cb5c54e971bdae556e47489?idMenu=1009>. Acesso em 07/09/2017.

²⁶ WACHOWICZ, R. op. cit. p. 23.

²⁷ Disponível em: <http://www.pmf.pr.gov.br/conteudo/%3bjsessionid%3dc03f7cb5c54e971bdae556e47489?idMenu=1009>. Acesso em 07/09/2017.

²⁸ Ver, principalmente, MYSKIW, A. **A Fronteira como destino de viagem: A Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888-1907)**. Tese. Rio de Janeiro. UFF. 2009. FREITAG, L. **Extremo-Oeste Paranaense: História territorial, região, identidade em (re)ocupação**. Tese. UNESP, 2007. SOUZA, A. D. de. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008)**. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, SP, 2009. GONZALEZ, E. **Memórias que narram a cidade: Experiências sociais na constituição urbana de Foz do Iguaçu**. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica – PUCSP, 2005.

²⁹ Disponível em: <http://www.pmf.pr.gov.br/conteudo/%3bjsessionid%3dc03f7cb5c54e971bdae556e47489?idMenu=1009>. Acesso em 07/09/2017.

³⁰Disponível

em:

<http://www.pmf.pr.gov.br/conteudo/%3bjsessionid%3dc03f7cb5c54e971bdae556e47489?idMenu=1009>. Acesso em 07/09/2017.

³¹ A respeito do presentismo presente na mídia, vale o diálogo com Marialva Barbosa, no que tange a sua leitura a respeito da mídia como Lugar de memória e da sua produção histórico-narrativa dotada de pretensão de temporalidade presentista. Diante de tal pretensão, deve-se considerar na análise, especifica a autora: primeiro, como os meios de comunicação tendem a transformar informação em fonte; segundo, não desconsiderar o meio de comunicação no seu lugar histórico, temporal e espacial, para Nora, materiais simbólicos, funcionais e materiais (conforme preconiza o próprio Nora); terceiro, carência de olhar processual e não apenas um presente estendido, bem como o lugar do esquecimento não presente no lugar da memória; quarto, admite, com Nora, um lugar de memória, mas cabe analisar, de qual memória, ou seja, dos problemas da reconstrução científica da vida ou da não diferenciação entre Memória e História, ou da relação entre o discurso verdadeiro (fonte) e a confiança por estar lá (o testemunho); por fim, o passado utilizado como capital simbólico para se falar do passado, mas do presente, com pretensão de futuro.

³² HARTOG, F. op. cit. p. 260.

³³ Idem.

³⁴ HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2013. pp.117-161.

³⁵ Desta esfera pública podemos, enfim, pensar no espaço público como território do ciberespaço ou na sua acepção de cultura, cibercultura apresentada por Velloso, naquilo que sua análise desperta de temporalidades e espacialidades. Ver: VELLOSO, R. V. O ciberespaço como ágora eletrônica na sociedade contemporânea. **Ci. Inf., Brasília**, v. 37, n. 2, pp. 103-109, maio/ago. 2008.

³⁶ A título de demarcação de nossa perspectiva conceitual de público, podemos acompanhar a apresentação de Habermas ao espaço público, demarcado, desde a afirmação do estado Moderno, pelo posicionamento da recém-renascida esfera privada, a qual, diante da esfera pública de debate, opinião pública, reivindica espaço frete ao Estado e, assim, dialeticamente, busca expandir seu público ao mesmo tempo em que o torna exclusivo. Ver: HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003.

³⁷ Algo percebido pela análise de outros campos do *site*, senão o referente ao Histórico do município e aqui não apresentados devido à estrutura de nosso artigo, como os seus canais de notícia *online*.

³⁸ NOIRET, S. A História Pública Digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, pp. 28-51, maio 2015.

³⁹ Exercício crítico pautado por ele, entre outros, no diálogo com a produção de Hartog e Nora, no qual ele destaca as novas formas de narrar o passado e os usos de temporalidades.

⁴⁰ Nesta obra relacionada à participação pública na rede, comumente denominada por *crowdsourcing* – postura metodológica não presente nos *sites* por nós apresentados. Movendo sua análise entre as contribuições do historiador digital público para o atual campo da história, marcado por um lado, pelas demandas por história de novos públicos e, por outro, pelo risco da diminuição de espaço da pesquisa heurística, a “alta” pesquisa” caberá aos historiadores públicos digitais: “filtrar, mediar, conectar comunidades e públicos diversos, ou, “enquadrar cientificamente o trabalho de coleta de documentos e gerir criticamente novos arquivos “inventados” – que não existiam, isto é, fisicamente – trazidos para a rede graças às contribuições de todos”.